

## XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

### GT 9 – Museu Patrimônio e Informação

#### ROTEIROS LGBTQIAPN+ COMO ATOS DE RESISTÊNCIA: CARTOGRAFIAS DISSIDENTES NO ESPAÇO URBANO

#### *LGBTQIAPN+ WALKING TOURS AS ACTS OF RESISTANCE: DISSIDENT CARTOGRAPHIES IN THE URBAN SPACES*

**Marcos Paulo Moraes Oliveira** - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Matheus Magalhães Simões** - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Bruno Brulon Soares** - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO);  
Universidade de St Andrews

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Ao reconhecermos práticas turísticas circunscritas em contextos urbanos definidos como territórios LGBTQIAPN+ por membros dessa comunidade, nossa análise considera o seu potencial informacional para a construção de narrativas turísticas da resistência de manifestações culturais outrora desmerecidas. Por meio de uma abordagem decolonial, buscamos com este ensaio compreender a contribuição destes itinerários comunitários para o ato de ressignificar narrativas que foram historicamente marginalizadas no tecido urbano. Metodologicamente, faz-se necessário uma análise bibliográfica entre autores que discutem a inter-relação entre a museologia e o turismo; a identidade; a decolonialidade e a valorização da cultura queer entrelaçadas com as propostas roteirizadas já experienciadas como nos centros urbanos de Rio de Janeiro e São Paulo. Nestes contextos, territórios e turistas LGBTQ+ estão presentes significativamente resguardando histórias de vidas que se mostram importantes para o reconhecimento de manifestações culturais marginais aos projetos de cidade, para assim, observar as práticas de mediação e curadoria nestes espaços em visitas guiadas, bem como as tecnologias de informação utilizadas para difundir tais roteiros. Por meio da análise de alguns exemplos nestas duas cidades, considerando sua relevância histórica e cultural sob um viés interdisciplinar, a pesquisa propõe a valorização destas iniciativas por meio do empoderamento cultural das comunidades envolvidas e dos seus principais aliados.

**Palavras-chave:** turismo LGBTQIAPN+; mediação cultural; direitos difusos.

**Abstract:** By acknowledging tourism practices situated in urban contexts identified as LGBTQIAPN+ territories by members of this community, our analysis considers their informational potential in constructing tourist narratives of resistance rooted in cultural expressions historically undervalued. Through a decolonial approach, this essay seeks to understand how these community-based itineraries contribute to the re-signification of narratives that have been historically marginalized within the urban fabric. Methodologically, this work requires a bibliographic analysis drawing on authors who explore the intersections between museology and tourism; identity; decoloniality; and the valorization of queer culture—interwoven with curated itineraries already experienced in urban centers such as Rio de Janeiro and São Paulo. In these contexts, LGBTQ+ territories and tourists play a significant role in safeguarding life stories that are crucial for the recognition of cultural expressions marginalized by dominant urban development projects. This study also aims to observe practices of mediation and

curatorship within guided tours, as well as the information technologies employed to disseminate these routes. Through the analysis of selected examples from these two cities—considering their historical and cultural significance from an interdisciplinary perspective—the research proposes to valorize these initiatives by fostering the cultural empowerment of the communities involved and their key allies.

**Keywords:** LGBTQIAPN+ tourism; cultural mediation; collective rights.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os espaços urbanos tornaram-se arenas fundamentais para as disputas em torno da memória, da identidade e do direito à cidade. Nesse contexto, roteiros turísticos centrados nas vivências da população LGBTQIAPN+<sup>1</sup> emergem como práticas contra-hegemônicas que tensionam a narrativa oficial das cidades, revelando camadas silenciadas da história e reescrevendo nestes territórios marcas de resistência, referências à dita subcultura, e pontos ligados ao movimento por direitos e cidadania. Longe de serem apenas produtos turísticos, esses roteiros operam como dispositivos informacionais e pedagógicos que conectam afetos, trajetórias e formas de sociabilidade dissidentes.

Ao promover a circulação de saberes situados e coletivos, tais iniciativas desafiam os modelos normativos de desenvolvimento e turismo urbano, abrindo espaço para a escuta de epistemologias que tradicionalmente foram excluídas do campo informacional dominante. Assim, tornam-se também ferramentas para repensar os modos de produzir e compartilhar conhecimento em cidades atravessadas por desigualdades históricas. E é nesse entrecruzamento entre informação, decolonialidade e direitos difusos que esta comunicação se insere, buscando compreender como os roteiros (*city tours / walking tours*) LGBTQIAPN+ atuam como mediações que visibilizam memórias plurais, reivindicam pertencimento e visam construir outras possibilidades de futuro.

Para isso, dialogamos com autores cujo pensamento crítico vêm sendo identificado com os estudos decoloniais, tais como aqueles ligados ao Grupo Modernidade/Colonialidade como Aníbal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2008), bem como autoras que propõem métodos dialógicos para a pesquisa em ciências sociais, como Rita Segato (2015). Tais

---

<sup>1</sup> A sigla LGBTQIAPN+ busca representar a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. Cada letra corresponde a uma identidade: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (abrangendo travestis e transexuais), Queer, Intersexo, Assexual (e/ou agênero/arromântico), Pansexual e Não-binário. O sinal de “+” no final é de fundamental importância, pois inclui todas as outras identidades e expressões de gênero e sexualidade que não estão contempladas nas letras anteriores, garantindo o caráter inclusivo e em constante evolução do termo.

pensadores questionam os fundamentos coloniais da produção do saber e da organização social e urbana, nos ajudando a articular aqui tais reflexões a partir dos roteiros urbanos. Ao evidenciar o papel dos saberes locais, dos afetos e da performatividade sob o viés do gênero e da sexualidade na construção desses percursos, pretendemos contribuir com o questionamento dos fundamentos coloniais da produção do saber e da organização social e urbana, articulando tais reflexões às práticas informacionais e comunicacionais envolvidas na construção de itinerários turísticos enquanto prática política e forma de resistência, isto é, não só como atrativo para visitantes, mas principalmente como possibilidades para o reposicionamento de um olhar voltado para a própria comunidade LGBTQIAPN+.

O presente texto parte do objetivo de propor os roteiros comunitários promovidos por membros da comunidade LGBTQIAPN+ como um método participativo para gerar novas leituras do espaço urbano e promover a ocupação crítica do espaço público por corpos, memórias e subjetividades historicamente excluídas dos processos de objetivação de patrimônios e produção da história pública. Neste sentido, propomos pensar tais roteiros como manifestações de práticas de subsistência de base comunitária e como instrumentos de luta por reconhecimento, justiça territorial e desenvolvimento sustentável na construção desses percursos, evidenciando o papel dos saberes locais, dos afetos e da performatividade enquanto objeto de estudo da Museologia.

## **2 TURISMO E INFORMAÇÃO COMO DISPUTA DE NARRATIVAS**

O turismo, tradicionalmente associado ao lazer e a transformação de territórios em produtos — especialmente em contextos urbanos — é mais do que deslocamento físico e vetor para consumo de experiências: trata-se de um campo interdisciplinar próprio em que se produzem disputas de narrativas simbólicas e políticas sobre a cidade, os sujeitos e seus significados adstritos. Nos roteiros LGBTQIAPN+ — *walking tours*, *city tours* e outras experiências guiadas ou mediadas — a informação turística atua como ferramenta de visibilização e resistência. Através deles, memórias apagadas são reinscritas no território, corpos dissidentes são reconhecidos como agentes históricos, e lugares antes invisibilizados tornam-se pontos de enunciação. Sob uma abordagem decolonial, compreende-se que as narrativas oficiais frequentemente marginalizam ou invisibilizam histórias e identidades

dissidentes<sup>2</sup>. Nesse sentido, roteiros turísticos organizados por e para a população LGBTQIAPN+ emergem como práticas contra-hegemônicas que reivindicam espaço e memória nos territórios urbanos.

Esse processo está intrinsecamente ligado à noção de informação como construção social e política defendida pela competência crítica em informação, abordagem que defende que a “informação não é neutra, mas antes reflete ideologias econômicas, sociais e políticas situadas num contexto histórico”<sup>3</sup> (Simmons, 2005, p. 300, tradução nossa). Em roteiros LGBTQIAPN+, o ato de informar sobre determinado local — como uma boate histórica, uma praça marcada por violências ou um espaço de sociabilidade — é também um ato de disputa epistêmica contra a hegemonia *heterocisnormativa* que frequentemente guia os discursos urbanos e turísticos. Trata-se de uma prática que se alinha a uma crítica que se atribui como decolonial, pois reposiciona as vozes subalternizadas no centro da narrativa.

Através destas questões, o turismo surge não apenas sob o viés de produção mercadológica, mas como uma ferramenta para ressignificar o contexto social e geográfico que certos lugares assumem para a comunidade LGBTQIAPN+. Tal abordagem busca desafiar "um processo histórico que não rompeu com sua ideologia fundadora e que, portanto, não rompeu com o discurso que fala do sujeito antes que o sujeito fale" (Moreira; Campos, 2019, p. 65), seja pelo reforço de estereótipos ou pela redução desses grupos a um perfil de consumo idealizado. Em oposição a essa lógica, a cidade pode se tornar texto a ser relido a partir de outras lentes: a informação sobre o território passa a circular não apenas para fins de mercado, mas como uma forma de justiça simbólica possível a partir das políticas de memória. A apropriação afetiva e discursiva desses espaços — por guias locais, coletivos ou artistas — desafia a ideia de que o turismo deva corresponder apenas às expectativas de um *branding* urbano, reconhecendo os espaços frequentados pela comunidade como territórios de resistência histórica e cultural.

---

<sup>2</sup> O termo “identidades dissidentes” refere-se a identidades, expressões de gênero e/ou orientação sexual que não se alinham e, frequentemente, questionam a norma social hegemônica, conhecida como cis-heteronormatividade (a presunção de que a cisgeneridade e a heterossexualidade são o padrão natural ou superior). Engloba, portanto, as identidades lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexo, assexuais, não-binárias, entre outras. O uso do termo “dissidente” enfatiza a dimensão política dessas identidades, enquadrando-as não como meras “diferenças” a serem toleradas, mas como posturas ativas de resistência e contestação a um sistema que busca normalizar os corpos e os desejos.

<sup>3</sup> “*information is not neutral but that it reflects social, political, and economic ideologies that are situated within an historical context*”

Aqui, a “cidade turística” não é um produto a ser vendido, mas uma arena de reivindicações, onde identidades marginalizadas buscam reinscrever suas existências a partir dos espaços urbanos, possibilitando voltar-se para a sua comunidade que, muitas vezes, utiliza daqueles espaços de lazer “onde podem falar de tudo que sempre tiveram vontade, sem medos” e com liberdade fluida (Ferrari, 2004, p. 133), mas que possam vir a desconhecer a luta por sua conquista.

Como aponta Walter Mignolo (2008), orientar-se a uma desobediência epistêmica é o primeiro passo para romper com a colonialidade do saber. Nesse contexto, os roteiros LGBTQIAPN+ podem ser compreendidos como dispositivos contra-hegemônicos que reconfiguram o imaginário urbano, fazendo da experiência turística um espaço de escuta e reconhecimento. Estes percursos operam como uma forma de insurgência informacional, mobilizando conhecimento situado, afetivo e oral, se articulando diretamente com os direitos difusos ao democratizar o acesso ao patrimônio simbólico da cidade e promover um desenvolvimento mais justo, ancorado na pluralidade e na construção da dignidade.

### **3 ROTEIROS LGBTQIAPN+ COMO PRÁTICA DECOLONIAL**

Nos últimos anos, roteiros temáticos dedicados às histórias e cultura LGBTQIAPN+ emergem como práticas museológicas expandidas ou dispositivos de turismo crítico, reposicionando narrativas marginalizadas no espaço urbano. Historicamente, tais percursos desafiam a invisibilização sistemática de corpos dissidentes nos registros oficiais das cidades, que tradicionalmente privilegiam monumentos heteronormativos e colonialistas. Ao transformar ruas, casas, bares históricos ou locais de resistência em espaços musealizados, estes roteiros performatizam uma memória queer com possibilidades de expandir a democratização dos patrimônios. No campo do turismo, tais iniciativas não apenas preenchem lacunas de representação, mas também contestam a mercantilização da diversidade (Pritchard *et al.*, 2007), comum em roteiros focados no lazer e consumo. Em vez de reduzir a experiência LGBTQIAPN+ a estereótipos, eles podem destacar lutas políticas, através de grupos de militância e espaços de sociabilidade vulneráveis a apagamentos históricos — como os bares clandestinos do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar (Green, 2020).

Do ponto de vista metodológico, o material utilizado em muito destes percursos se baseiam em pesquisas acadêmicas pioneiras na abordagem de locais, eventos e personalidades LGBTQIAPN+, ou de “arquivos dissidentes”<sup>4</sup>. Preservando a memória de grupos marginalizados de modo participativo, afetivo e insurgente, os arquivos dissidentes são práticas de documentação orientadas dentro de temática específica e estabelecidas nos Estados Unidos e países europeus, mas que vem se tornando mais comuns em grandes centros urbanos de países na periferia do sul global<sup>5</sup>. Roteiros criados a partir destes relatos, onde a oralidade e a corporalidade dos mediadores (em geral pertencentes à comunidade) subvertem a autoridade de narrativas institucionais devem se consolidar como ferramentas de educação patrimonial, exigindo políticas públicas que os reconheçam como parte integrante da memória das cidades — um passo urgente para reparar violências simbólicas e materiais.

No Brasil, roteiros oferecidos por empresas privadas levantam aspectos históricos relevantes para a compreensão das dinâmicas sociais da comunidade nas cidades. Iniciativas comerciais, como a do "Free Walker Tours" no Rio de Janeiro, já oferecem um roteiro temático que utiliza em seu percurso locais significativos, como a sede da ONG Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+<sup>6</sup>, apresentando-os como “pontos importantes de resistência na cidade” (Freewalkertours, 2025). Contudo, a análise de sua divulgação não evidencia uma parceria ou desenvolvimento conjunto com tais entidades, o que levanta um debate crucial sobre a apropriação de narrativas de resistência pela indústria do turismo e a transformação da dissidência em produto. Em São Paulo, o "SP Free Walking Tour" não possui roteiros específicos, mas percorre bairros como Vila Madalena e Avenida Paulista, reconhecidos pela

---

<sup>4</sup> Aqui utilizamos a expressão “archivos dissidentes” conforme empregada por María Belén Correa, fundadora do Archivo de la Memoria Trans. Arquivos dissidentes são práticas de preservação de coleções de documentos, fotografias, registros e memórias que se insurgem contra a lógica normativa do arquivamento tradicional.

<sup>5</sup> Entre inúmeras iniciativas criadas nas últimas décadas, destacamos o Queer Indonesia Archive, acervo digital criado em 2020; GALA Queer Archive (Joanesburgo) surgido no pós-apartheid em 1997; e o QAMRA – Arquivo Queer para Memória, Reflexão e Ativismo (Bengaluru), vinculado ao ativismo jurídico queer na Índia. Outras iniciativas como o Queer Asian American Archive (Chicago), fundado em 2014 por Laura Sachiko Fugikawa, busca pensar a perspectiva de comunidades asiáticas no contexto da vivência como *queer* e estrangeiro.

<sup>6</sup> O “LGBTQIA+ Resistance Tour Rio de Janeiro” indica em seu percurso a ONG Grupo Arco-Íris e o Museu do Movimento LGBTI+. Disponível em: <https://freewalkertours.com/rio-de-janeiro/tours/lgbtqia-resistance-tour-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 03 maio 2025)

diversidade cultural e pela presença ativa da comunidade LGBTQIAPN+, além de oferecer possibilidade de personalização dos trajetos<sup>7</sup>.

Além de apontar para um interesse crescente de públicos nos roteiros já identificados pelo capital privado, deve-se salientar que o envolvimento de empresas em processos educativos, museológicos ou mesmo reparatórios podem apontar para a transformação da dissidência em commodities através de uma “estetização do patrimônio” (Canclini, 1998); em atrativo de consumo pensado na satisfação imediata e que pode reproduzir certas lógicas coloniais próprias do capitalismo.

No campo dos museus, o Museu Bajubá ([202-?]) teve seu início em 2018 a partir dos esforços de Rita Colaço que, já empreendendo roteiros a partir de pontos ocupados por LGBTQs, propôs a musealização de itinerários e percursos a partir destes espaços públicos. A criação do museu consolida portanto uma trajetória iniciada nos “Roteiros pelos Territórios de Resistência e Memória LGBT do Rio de Janeiro”, em 2012. Esses *walking tours*<sup>8</sup> – organizados como aulas-evento temáticas sobre sociabilidades LGBTQIAPN+, abrangendo os séculos XIX e XX – buscam ultrapassar a dimensão turística para se constituir em dispositivos políticos de (re)construção de uma memória coletiva. Desta forma, opera uma dupla estratégia: de um lado, a musealização expandida de territórios marginalizados como o Cabaré Casanova ou dos espaços de sociabilidade do centro histórico; de outro, a organização política que utiliza o reconhecimento patrimonial como ferramenta de reivindicação de direitos, como o tombamento do Cabaré Casanova, um importante espaço de resistência na Lapa (Rodrigues, 2016). Fundamentado nos princípios da museologia social, com o apoio do Laboratório de Museologia Experimental (LAMEX) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o projeto concebe a cidade enquanto espaço musealizado, transformando percursos urbanos em exposições vivas que subvertem as narrativas oficiais através de certa pedagogia *queer* e na reconstrução coletiva de identidades estigmatizadas. Essa abordagem articula-se com iniciativas similares em outras capitais brasileiras, configurando uma rede de musealização dissidente que redefine os conceitos de patrimônio cultural a partir das epistemologias LGBTQIAPN+.

---

<sup>7</sup> “Private Tours: o mesmo conceito de walking tour somente para você”. (Disponível em: <https://www.saopaulofreewalkingtour.com/privatetours>. Acesso em: 03 de maio de 2025).

<sup>8</sup> Ver <https://museubajuba.org/city-tour-roteiros-da-resistencia-lgbt-carioca/>.

Ao propor roteiros que evidenciam memórias silenciadas, perseguições sofridas, conquistas políticas e espaços de resistência (como bares, praças, centros culturais e casas de acolhimento), essas práticas operam como o que Aníbal Quijano (2005) define como um deslocamento da colonialidade do poder, tensionando as formas hegemônicas de organizar o saber, o tempo e o espaço. Como enfatiza Beatriz Segato ao defender o “direito à diferença”, quando emancipada de um termo identitário reconhecido em um padrão global, a colonialidade “difunde um discurso de igualdade e expõe a diferença a uma posição marginal, problemática – o problema do ‘outro’, ou a expulsão do outro à qualidade de ‘problema’” (Segato, 2015, p. 85, tradução nossa), agindo através do apagamento das marcas da diferença e da imposição de um modelo único de humanidade. Nesse contexto, roteiros urbanos voltados à população LGBTQIAPN+ representam uma recusa ativa a esse modelo quando não se resumem à valorização da diversidade como categoria simbólica, mas constituindo atos políticos de insurgência epistêmica e espacial. Desafiando a cartografia normativa das cidades — marcada pela heterocisnormatividade, pela branquitude e por padrões coloniais de sociabilidade — esses roteiros instauram percursos que reposicionam sujeitos historicamente marginalizados no centro da narrativa urbana.

Esses percursos não apenas reivindicam a presença dos corpos dissidentes na cidade, mas também promovem uma “cartografia sentimental” (Rolnik, 2006), reconstruindo afetos e saberes outros que compõem a experiência urbana<sup>9</sup>. Essa prática amplia o conceito de turismo, deslocando-o de uma lógica extrativista para uma relação de escuta, cuidado e reconhecimento dos territórios de vivência, e como experiências turísticas, funcionam como práticas de resistência e reapropriação dos espaços urbanos, desafiando as narrativas hegemônicas e promovendo a visibilidade das histórias LGBTQIAPN+. Como afirma Walter Mignolo (2008, p. 313), a desobediência epistêmica é necessária para libertar-se da “matriz colonial do poder”. Assim, ao promoverem roteiros que valorizam as memórias e vivências da comunidade queer, esses tours contribuem para a construção de uma cartografia afetiva nas cidades e das identidades em política.

---

<sup>9</sup> A partir do elaborado anteriormente com Guattari em “Micropolítica: Cartografias do Desejo” (1986), em “Cartografia Sentimental” (2006) Suely Rolnik fala de territórios que são possíveis a partir de uma cartografia que vai se fazendo ao mesmo tempo que certos afetos são revisitados, ou visitados pela primeira vez.

Roteiros como “Rolé Colorido”, no Rio de Janeiro, idealizado pelo jornalista Guilherme Macedo e promovido pelo estúdio M’Baraká<sup>10</sup> recontam a história do centro do Rio de Janeiro a partir de personagens e espaços centrais para a memória LGBTQIAPN+. Outra iniciativa gratuita é a do Grupo Gay da Bahia, que realiza em Salvador roteiros que cruzam raça, gênero e sexualidade para construir um itinerário que reformula pontos turísticos da cidade como o Convento do Carmo e a Praça da Sé, através de figuras históricas como Xica Manicongo e Felipa de Souza. Tais iniciativas atuam na contracorrente das lógicas turísticas convencionais, onde a produção da informação é instrumentalizada por discursos homogêneos, eurocentrados e mercadológicos. Em vez disso, propõem-se a compartilhar saberes que se propõem como mais situados, mais subjetivos e antes pluri-versais do que plurais, em consonância com a crítica de Mignolo à descentralização da universalidade. Como vimos, a construção de roteiros LGBTQIAPN+ como prática decolonial pode mobilizar estratégias que desafiam a colonialidade do saber e do ser, inscrevendo outras epistemologias e modos de existência nos territórios urbanos. Além de constituírem-se como formas de resistência simbólica e política, esses roteiros se aproximam das metodologias de construção participativa na documentação, tal como propõe Querol, Mendonça e Miguel (2020), ao priorizarem a escuta, a colaboração e o protagonismo dos sujeitos na produção de registros e narrativas. Aqui, esta proposta de documentação serviria antes como ferramenta metodológica que fortaleceria processos de reapropriação e enunciação, permitindo que os próprios sujeitos LGBTQIAPN+ se tornem produtores de informação e memória sobre os territórios reivindicados.

Os mediadores seriam fundamentais no processo de dar visibilidade a certas performances culturais enquanto ação social, pois como agentes implicados num atravessamento específico a partir de seu lugar dentro da própria comunidade, atuariam nas interfaces entre sua expressão individual e os códigos compartilhados por uma coletividade LGBTQIAPN+. Segundo Mendonça (2020, p. 180), “os agentes sociais relacionam suas subjetividades e coletividades, podendo também estruturar enredo e história, colocar permanência e mudanças em tensão, abordar transformações socioculturais e econômicas”. Os roteiros LGBTQIAPN+, enquanto performance situada em contexto específico (espaço-

---

<sup>10</sup> “Roteiro a pé resgata memória LGBTQIA+ no centro do Rio” (Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-06/roteiro-pe-resgata-memoria-lgbtqia-no-centro-do-rio>. Acesso em: 03 maio 2025).

tempo) se relacionam ativamente com uma memória construída que “projeta passado e presente no processo de interação” (Mendonça, 2020, p. 180). Entendendo que mesmo outros recortes interseccionais específicos a cada agente (como classe ou raça) possa influenciar quem pode performar e ressignificar tradições, a participação do público pode envolver a produção partilhada dos registros. Essa abordagem é particularmente relevante quando pensamos nos roteiros LGBTQIAPN+ enquanto potenciais informacionais, pois reconhece que o conhecimento sobre a cidade — seus espaços seguros, históricos de violência, afetos e conquistas — não está apenas nos arquivos oficiais ou nos discursos turísticos institucionais, mas nos corpos, trajetórias e afetividades das pessoas que ativamente vivenciaram tais realidades.

Incorporar formas de participação do público na concepção e mediação desses roteiros pode ampliar seu potencial de transformação social e política, ao deslocar o foco da representação para a autoinscrição dos sujeitos e suas comunidades, compreendendo não apenas o LGBTQIAPN+ enquanto categoria ampla, mas com possibilidade de abranger grupos minorizados que ultrapassem as identidades de gênero de seus próprios mediadores (lésbicas, gays, trans, queer, etc) inseridos em vivências específicas; como lembra Danièle Kergoat (2010), em um “entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (2010, p.100). Nesse sentido, os roteiros LGBTQIAPN+ não apenas se inserem no campo de disputa por visibilidade e pertencimento, antes ampliam a noção de direito à cidade ao articular informação, memória e presença, atuando diretamente na promoção dos chamados direitos difusos, como o direito à identidade, à expressão e à diferença.

#### **4 MUSEOLOGIA, TURISMO E DIREITOS DIFUSOS: CONVERGÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O cruzamento entre museologia e turismo tem sido tradicionalmente pautado por uma lógica de patrimonialização voltada à valorização de objetos e sítios, muitas vezes descolada dos sujeitos que os vivenciam. Os museus são reconhecidos como atrativos turísticos e culturais como parte recorrente na personalização de roteiros e ressignificação de seu papel para a comunidade local que muitas vezes não reconhece o valor daquele bem cultural, como reitera Bauer *et al.* (2019). Ademais, em consequência desta abordagem, novos discursos vêm

subvertendo essa dinâmica ao articular práticas museológicas e turísticas a partir de princípios ético-políticos que colocam no centro a diversidade, a justiça social e o direito à memória.

Nesse sentido, pensar roteiros LGBTQIAPN+ como formas de mediação cultural abre espaço para convergências entre museologia social, turismo comunitário e os chamados direitos difusos, alinhando-se diretamente aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>11</sup>, especialmente os de número 10 que almeja a redução das desigualdades<sup>12</sup>; o 11 sobre cidades e comunidades sustentáveis<sup>13</sup>; e principalmente o 16 que discute sobre paz, justiça e instituições eficazes<sup>14</sup>.

O conceito de direitos difusos, tal como definido na legislação brasileira (Lei nº 7.347/1985), refere-se a interesses que transcendem o indivíduo e pertencem à coletividade, como o meio ambiente, o patrimônio público e cultural, e os direitos de grupos vulneráveis. Aplicado ao contexto LGBTQIAPN+, esses direitos podem se materializar no acesso à cidade, ao espaço simbólico, à informação e ao reconhecimento de identidades diversas. A museologia, por sua vez, especialmente na vertente social ou em sua prática decolonial, tem se mostrado aliada na construção de espaços de escuta e representação, como apontam autores que defendem uma museologia comprometida com “um movimento criativo e transformador, fundamentado no diálogo, ancorado em processos museais que valorizam a participação democrática e buscam o desenvolvimento social e a cidadania” (Silva; Álvares; Chagas, 2021, p. 56).

Essas experiências mostram que museus, roteiros e territórios podem funcionar como dispositivos de enunciação política e produção de informação contra-hegemônica. A informação, aqui, não é entendida apenas como dado ou acervo, mas como uma mediação viva que, como aponta Michel Foucault (1979), carrega em si um poder de produção de verdade. Disputar sua forma e conteúdo é, portanto, disputar os próprios modos de ser e

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em: 03 maio de 2025.

<sup>12</sup> Estando entre suas especificidades “até 2030, **empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos**, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra” Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/ods10/>. Acesso em: 03 maio de 2025, grifo nosso.

<sup>13</sup> Entre eles: “**Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural** e natural do mundo; [...] **proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes** [...]”. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/ods11/>. Acesso em: 03 maio de 2025, grifo nosso.

<sup>14</sup> Prioridade em “**Reduzir significativamente todas as formas de violência** e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares; [...] **garantir a igualdade de acesso à justiça para todos**; [...] **Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias** para o desenvolvimento sustentável”. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/ods16/>. Acesso em: 03 maio de 2025, grifo nosso.

existir no mundo e, por consequência, a própria noção de identidade, que, como descreve Stuart Hall (2006, p. 21), não é uma essência fixa, mas algo que “muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado”. Dessa forma, ao criarem suas próprias narrativas e representações, os roteiros LGBTQIAPN+ se tornam ferramentas práticas para a ressignificação de identidades historicamente estigmatizadas, transformando o ato de visitar a cidade em um exercício de afirmação política.

Dessa forma, práticas que unem museologia, turismo e informação crítica contribuem para repensar os paradigmas de desenvolvimento, rompendo com a lógica colonial, extrativista e economicista que por vezes ainda pauta a noção de “sustentabilidade”. Em seu lugar, propõe-se um modelo de sustentabilidade “pluri-versal” (Mignolo, 2008), relacional e enraizada em contextos locais, onde a cultura e os direitos humanos estejam integrados às políticas públicas e aos circuitos turísticos, uma vez que o viés sustentável fortalece a identidade e a preservação destes espaços coletivos, seja por sua história ou apreço cultural.

Essa convergência se apresenta como uma estratégia potente para visibilizar memórias marginalizadas e estimular a convivência democrática em territórios plurais. Como sintetiza Bell Hooks (2015, p. 230, tradução nossa), “a possibilidade de uma perspectiva radical, a partir da qual se pode enxergar, criar e imaginar alternativas — novos mundos”. Logo, pensar roteiros LGBTQIAPN+ sob a ótica da museologia social e dos direitos difusos é também pensar a informação como ferramenta de transformação e emancipação, alicerçada na escuta, na partilha e na justiça.

É por desejar que o reconhecimento destes espaços, seja por seu valor turístico ou pela apropriação da própria comunidade *queer*, e considerando que “o patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (Gonçalves, 2003, p. 27), é que a musealização destes espaços não deveria significar apenas preservar ou resguardar o seu acervo histórico e cultural, mas antes atravessar linhas do tempo de grupos de ativistas que vieram antes e que reivindicaram lugares na sociedade contra o esquecimento. Do contrário, a naturalização de estereótipos estruturantes pelo público-alvo converte-se em violência patrimonial, ao corroborar o epistemicídio heteronormativo que invisibiliza a potência desses espaços como arquivos vivos de insurgência cultural, naturalizando o descaso e a degradação do patrimônio e a perda de potencial turístico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre turismo, museologia e potenciais informacionais, à luz da decolonialidade e dos direitos difusos, revela-se uma via potente para repensar os usos e sentidos dos espaços urbanos por populações LGBTQIAPN+. Ao tratar roteiros turísticos como dispositivos de enunciação política e lugares de memória afetiva, é possível tensionar a lógica hegemônica do turismo como simples consumo de espaços, e ressignificá-lo como uma prática de resistência e pertencimento, conforme a necessidade e o direito à cidade, à memória e à livre expressão das identidades dissidentes.

Ao promover a escuta e a visibilidade de experiências historicamente marginalizadas, essas práticas também convergem com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ao favorecer cidades mais inclusivas, justas e participativas. Museus, roteiros, guias, circuitos e os potenciais informacionais tornam-se, assim, agentes de transformação social, desde que orientados por uma ética do cuidado, da escuta e da pluralidade. Reconhecendo sua importância, seu valor histórico e cultural que ratifique as identidades de grupos que buscam a propagação de suas histórias.

Neste diálogo entre museologia e turismo junto a estas práticas sociais, deve-se buscar que o discurso interdisciplinar amplie a forma de entender os roteiros criados por coletivos LGBTQIAPN+ como manifestações de resistência e posicionamento político, educacional e social. Em tempos de avanço de discursos excludentes e retração de direitos, o fortalecimento dessas práticas exige a atuação integrada de pesquisadores, profissionais da cultura, movimentos sociais e agentes públicos. Roteiros decoloniais e LGBTQIAPN+ são mais que itinerários turísticos: são mapas de resistência e horizontes de futuros possíveis. Afinal, como afirmam os próprios coletivos envolvidos nessas experiências, ocupar a cidade é também reescrever sua história.

## REFERÊNCIAS

BAUER, Jonei *et al.* Turismo cultural: um estudo sobre museus e internet. **Revista Turismo: Visão e Ação**, v. 21, n. 3, p. 291-308, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/xWY7dsX3hLpVbqWyGn3rXnn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1985.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. Tradução de Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 1998.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], n. 25, p. 105-115, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CXtdJcMJFG9RmNXJrDyPBcN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 out. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREEWALKERTOURS. **Tour Resistência LGBTQIAPN+ Rio de Janeiro**. [S. l.]: Freewalkertours, 2025. Disponível em: <https://freewalkertours.com/pt-br/rio-de-janeiro/passeios/tour-resistencia-lgbtqia/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 21-29.

GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: mapas do desejo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell. Choosing the margin as a space of radical openness. *In*: HOOKS, Bell.. **Yearning**: race, gender, and cultural politics. New York: Routledge, 2015.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, [S.l.], n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNNxSrszcVLQGfHFfF85kk/?lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2025.

MENDONÇA, Elizabete de Castro. Museu, patrimônio imaterial e performance: desafios dos processos de documentação para a salvaguarda de bens registrados. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S.l.], v. 9, n. 18, p. 177-208, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/34749>. Acesso em: 03 out. 2025.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, [S.l.], n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em:

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

[https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf). Acesso em: 03 out. 2025.

MOREIRA, M. G.; CAMPOS, L. J. de. O ritual da interpelação ideológica no Turismo LGBT e a impossibilidade do desejo que se desloca. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 54–68, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1542>. Acesso em: 03 out. 2025.

MUSEU BAJUBÁ. **Plano Museológico do Museu Bajubá**. [S. l.: s. n., 202-?]. Disponível em: <https://museubajuba.org/plano-museologico/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

PRITCHARD, Annette *et al.* **Tourism and gender: embodiment, sensuality and experience**. Wallingford: CABI, 2007.

QUEROL, Lorena Sancho; MENDONÇA, Elizabete de Castro; MIGUEL, Ana Flávia. A participação cidadã nos processos de inventariação do Patrimônio Cultural Imaterial: casos do Brasil e de Portugal. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 227-251, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/51163>. Acesso em: 03 out. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RODRIGUES, R. C. Artes de acontecer: viados e travestis na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX a 1980. **Esboços: histórias em contextos globais**, [S.l.], v. 23, n. 35, p. 90-116, 2016. Disponível em; <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p90>. Acesso em: 03 out. 2025.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

SÃO PAULO FREEWALKINGTOUR. **Old Downtown Historic Center**. [S. l.]: São Paulo Free Walking Tour, 2025. Disponível em: <https://www.saopaulofreewalkingtour.com/olddowntowntour>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SEGATO, Rita Laura. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.

SILVA, Cassia Rodrigues da; ÁLVARES, Lucia Capanema; CHAGAS, Mário. **Os museus e a cidade: contribuições para uma sustentabilidade integrada: o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 2021.

SIMMONS, Michelle H. Librarians as disciplinary discourse mediators: using genre theory to move toward critical information literacy. **Portal: libraries and the academy**, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 297-311, 2005.